

FNE com PS na Assembleia: 'Levámos uma estalada do Governo'

João Dias da Silva liderou a delegação da Federação Nacional da Educação (FNE) constituída pelos Secretários Nacionais Gabriel Constantino e Maria José Rangel, que foi hoje recebida na Assembleia da República pelas deputadas do Grupo Parlamentar do PS Susana Amador, Maria Augusta Santos e Sandra Pontedeira.

O Secretário-Geral da FNE expôs às representantes socialistas a situação que os professores vivem na atualidade deste Orçamento de Estado 2018 (OE18). A questão do descongelamento de carreiras é considerada uma total desconsideração pelo tempo de trabalho que os docentes possuem, sendo que ao longo do tempo em que esse descongelamento se verificou os professores foram de um comportamento exemplar, cumprindo em rigor e com resultados de qualidade todas as suas obrigações, algo que torna ainda mais injusta a atitude que este OE18 acarreta relativamente à profissão.

Portanto, o que a FNE pede é que a Assembleia da República, na capacidade que tem para o fazer, corrija esta situação, com João Dias da Silva a deixar ainda a abertura para encontrarem soluções negociadas para um possível faseamento no descongelamento.

A recusa por parte do Ministério da Educação para reunir com os parceiros foi outra das situações expostas pela FNE, a juntar à situação do Artigo 36º, que a FNE considera 'uma regra que já devia ter desaparecido e que serve apenas para tratar ainda pior os professores'.

PS: 'Não queremos que os professores fiquem para trás'

A deputada Susana Amador assumiu que o Grupo Parlamentar do PS tem tomado nota e acompanhado toda a situação: 'Temos noção da complexidade, da expectativa e dos impactos que esta solução apresentada tem. Vamos avaliar esta norma de descontentamento (artigo 36º) e levar a mensagem a todo o Grupo, sendo que nunca seremos insensíveis a estes problemas e sempre defendemos a escola pública', dizendo ainda que 'não queremos que os professores fiquem para trás, temos sensibilidade social, mas temos de conciliar a sustentabilidade e racionalidade económica com o reconhecimento das carreiras', finalizou.

Porto, 13 de novembro de 2017